

Projecto de Resolução n.º 119/XI

Recomenda ao Governo a adopção de medidas específicas de reforço das Forças e Serviços de Segurança no Distrito do Porto

O aumento da criminalidade violenta, organizada e complexa no nosso País é um facto que o Relatório Anual de Segurança Interna relativo ao ano de 2009 vem confirmar, sublinhando a percepção dos portugueses de que determinada criminalidade, de cariz predominantemente grupal, juvenil e urbano, muitas vezes associada a actos de verdadeira guerrilha urbana entre gangs rivais, que constitui verdadeira “privatização” de territórios, com o conseqüente recuo da autoridade do Estado.

O país pode constatar, com a eclosão destes fenómenos, a notória incapacidade demonstrada pelo Estado para encontrar respostas adequadas aos imprevisíveis aumentos de tensão em determinados bairros das denominadas Áreas Metropolitanas da Grande Lisboa e do Porto.

Para combater estes fenómenos, que geram cada vez mais insegurança nas pessoas, é exigível perceber as necessidades específicas de cada zona e actuar em conformidade às carências aí identificadas. Infelizmente, é notório que o Distrito do Porto tem especiais carências de meios humanos e materiais de combate ao crime cada vez mais grave e sofisticado.

Na verdade, de acordo com os dados disponíveis dos vários relatórios anuais de segurança interna relativos aos anos de 2005 a 2009, o Distrito do Porto não só se mantém num indesejável segundo lugar em termos de números globais de crimes

como tem sido um dos que mais aumenta a criminalidade participada, com um aumento de cerca de 5 000 crimes, de 2008 para 2009.

Torna-se, assim, urgente tomar medidas, também elas excepcionais, para não permitir o sucessivo aumento da criminalidade no distrito que se tem vindo a verificar perante a incapacidade de reacção das forças e serviços de segurança face aos meios existentes e o marcado sentimento de insegurança das populações.

Na verdade, sobretudo em concelhos como Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e o Porto, é notório que o número existente de efectivos das Forças e Serviços de Segurança destes concelhos é manifestamente insuficiente face ao crescimento populacional entretanto ocorrido e crescente á sofisticação da criminalidade.

Nos termos da alínea b) do Artigo 156º da Constituição e da alínea b) do nº 1 do artigo 4º do Regimento, a Assembleia da República recomenda ao Governo que reforce o dispositivo de efectivos da PJ, GNR e da PSP especificamente dirigidos ao combate à criminalidade no Distrito do Porto.

Palácio de S. Bento, 19 de Abril de 2010.

Os Deputados,